



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - CAMPUS SALGUEIRO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

LÚCIA DOS REIS SANTOS LIMA

**PRÁXIS EDUCATIVA E EMPODERAMENTO:
REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DE UMA
TRAJETÓRIA FORMATIVA E PROFISSIONAL**

SALGUEIRO-PE

2026



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - CAMPUS SALGUEIRO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

LÚCIA DOS REIS SANTOS LIMA

**PRÁXIS EDUCATIVA E EMPODERAMENTO:
REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DE UMA
TRAJETÓRIA FORMATIVA E PROFISSIONAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, como parte dos requisitos para a conclusão do curso de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^ª Dra. Dayane Nascimento Sobreira

SALGUEIRO-PE

2026



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - CAMPUS SALGUEIRO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L111 LIMA, LÚCIA DOS REIS SANTOS.

PRÁXIS EDUCATIVA E EMPODERAMENTO : REFLEXÕES SOBRE A
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DE UMA TRAJETÓRIA FORMATIVA E
PROFISSIONAL / LÚCIA DOS REIS SANTOS LIMA. - Salgueiro, 2026.
44 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para Educação
Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2026.
Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Dayane Nascimento Sobreira.

1. Educação Profissional. 2. Educação Profissional e Tecnológica.. 3. Memorial de
Formação.. 4. Empoderamento Feminino.. 5. Formação Docente. I. Título.

CDD 370.113



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - CAMPUS SALGUEIRO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

LÚCIA DOS REIS SANTOS LIMA

**PRÁXIS EDUCATIVA E EMPODERAMENTO:
REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DE UMA
TRAJETÓRIA FORMATIVA E PROFISSIONAL**

Relatório de Formação apresentado ao curso Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica do IF Sertão PE, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 21/03/2026

NOTA: 10,0

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Dayane Nascimento Sobreira
IF Sertão PE - orientadora

Profª Dra. Luciana Nunes Cordeiro
IF Sertão PE

Profª Mestranda Maria Cecília Souza Pereira
UFCG

SALGUEIRO-PE

2026

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, fonte de força e esperança nos momentos de cansaço e incerteza. Aos meus pais, trabalhadores rurais, que com dignidade, coragem e amor me ensinaram o valor do trabalho, da honestidade e da perseverança. Cada conquista minha carrega o esforço silencioso de vocês.

À minha família, que compreende minhas ausências e compartilha comigo os sonhos e desafios da vida acadêmica e profissional.

Às mulheres estudantes da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente aquelas que conciliam trabalho, estudo e cuidado com a família. Que este trabalho represente reconhecimento, incentivo e esperança para que permaneçam firmes na realização de seus sonhos.

Dedico, ainda, à escola pública e à Educação Profissional e Tecnológica, espaços de transformação social, nos quais acredito como caminho de emancipação, autonomia e justiça social.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de modo especial, ao Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFSERTÃOPE, pela oportunidade de formação na Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, que ampliou minha compreensão crítica sobre a EPT e fortaleceu minha prática docente.

Aos professores do curso, em especial a minha orientadora, Prof^a Dra. Dayane Nascimento Sobreira, pelas contribuições teóricas, pelas provocações intelectuais e pelas orientações que fundamentaram as reflexões aqui desenvolvidas. Cada disciplina cursada foi essencial para a construção deste trabalho.

À coordenação e aos colegas de turma, pelas trocas de experiências, diálogos e apoio mútuo ao longo da caminhada formativa.

Aos meus estudantes do Curso Técnico em Administração e do Ensino Médio da escola em que trabalho, que, com suas vivências, desafios e questionamentos, inspiraram a escolha da temática e deram sentido concreto às reflexões apresentadas neste memorial.

Por fim, agradeço à minha família, pelo apoio diário, pela compreensão diante das ausências e pelo incentivo constante, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

*“Que nada nos limite. Que nada nos defina. Que nada
nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria
substância”*

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

Este memorial de formação, de abordagem qualitativa e caráter reflexivo, analisa a trajetória pessoal, acadêmica e profissional da autora. O estudo articula esse percurso às contribuições da especialização em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco central no empoderamento feminino. A pesquisa adota a metodologia autobiográfica e a narrativa de experiências como procedimentos analíticos, integrados ao referencial teórico do curso. O texto contextualiza o caminho percorrido desde a educação básica, permeada por vulnerabilidades socioeconômicas, até a atuação docente na educação básica e profissional. As reflexões promovidas pela especialização ampliaram a visão sobre os fundamentos da EPT, com destaque para o trabalho como princípio educativo, a formação humana integral e a emancipação social. Os resultados apontam o fortalecimento da identidade docente e a melhoria da intencionalidade pedagógica. Além disso, nota-se a consolidação de uma perspectiva crítica sobre a permanência e o êxito das estudantes, especialmente em relação às questões de gênero. Por fim, conclui-se que o processo formativo impulsionou o crescimento profissional da autora e que a escrita do memorial aprimorou sua competência acadêmica e a união entre teoria e prática.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Memorial de Formação; Empoderamento Feminino; Formação Docente.

ABSTRACT

This formative memorial, which adopts a qualitative approach and a reflective nature, analyzes the author's personal, academic, and professional trajectory. The study connects this path to the contributions of the specialization in Professional and Technological Education (PTE), with a central focus on women's empowerment. The research employs an autobiographical methodology and narrative experiences as analytical procedures, integrated with the theoretical framework of the course. The text provides context for the journey from basic education, marked by socioeconomic vulnerabilities, to teaching practice in basic and professional education. Reflections from the specialization expanded the understanding of PTE foundations, particularly work as an educational principle, integral human formation, and social emancipation. Results show a stronger teaching identity and improved pedagogical intentionality. Additionally, a critical perspective on student retention and success, especially regarding gender issues, became consolidated. Finally, the formative process promoted the author's professional growth, while the memorial's composition enhanced academic competence and the bridge between theory and practice.

Keywords: Professional and Technological Education; Formative Memorial; Women's Empowerment; Teacher Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivos	24
1.1.1 Objetivo geral	24
1.1.2 Objetivos específicos	24
2 REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1 Formação	25
2.2 Atuação profissional na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	28
2.3 Discussão das temáticas das disciplinas	29
2.3.1 Disciplina 1	30
2.3.2 Disciplina 2	31
2.3.3 Disciplina 3	32
2.3.4 Disciplina 4	33
2.3.5 Disciplina 5	34
2.3.6 Disciplina 6	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

Sou Lúcia dos Reis Santos Lima. Tenho quarenta e um anos. Nasci na cidade de São Felipe-BA. Vivi toda a minha vida no Povoado do Sapezinho, localizado na zona rural de São Felipe. Meu pai é analfabeto e minha mãe apenas concluiu a 5ª série do Mobral; ambos não tiveram a oportunidade de prosseguir nos estudos, pois tinham que ajudar meus avós no sustento da família.

No entanto, eles sempre me estimularam e incentivaram a estudar. Desde cedo aprendi com a vida “dura” e difícil dos meus pais, ambos trabalhadores rurais, que é possível transformar a realidade em que vivemos a partir da educação. Sempre segui e mantenho vivos dentro de mim os seus ensinamentos.

Fui a primeira da família a possuir nível superior de ensino. Passei por muitas dificuldades em minha vida escolar e acadêmica. Sempre fui uma aluna muito tímida. Sentia muita vergonha dos meus dentes, que não eram alinhados, e, com isso, sofria bullying recorrente na escola. Contudo, nunca externei isso para minha família, pois meus pais não tinham condições de arcar com o tratamento ortodôntico de que necessitava e também não queria fazê-los sofrer mais do que já sofreram nessa vida.

Comecei minha vida escolar em uma escola multisseriada, na Escola Municipal Joaquim Nambuco, que ficava localizada no Povoado do Sobradinho, comunidade próxima à que morava. Lembro-me da minha primeira professora, Edelzuita. Ensinou-me do ABC à cartilha, como antes era identificada a Educação Infantil. Estudei juntamente com meus três irmãos e com alguns de meus primos.

Recordo-me de que, nesse período, a professora, além de ensinar, era responsável pela limpeza e organização da escola, bem como pelo preparo e distribuição do lanche escolar. A escola contava apenas com um banheiro, uma sala e uma cozinha. Frequentemente, o lanche servido era mingau. Como não gostava de mingau, minha mãe sempre mandava como lanche para mim frutas que tínhamos em casa: goiaba, laranja, manga, jaca, jambo, carambola etc., ou amendoim cozido ou torrado para que eu lanchasse.

Nessa fase da educação infantil vivi um dos momentos mais marcantes de minha vida escolar. Certo dia, tinha levado amendoim torrado para lanche, e uma adolescente que morava próxima à escola se aproximou da janela e me pediu um

pouco do meu lanche; como não dei, ela cuspiu em meu rosto. A escola não tinha muros. Não lembro o que aconteceu após esse fato, mas até hoje guardo a cena e a fisionomia da pessoa que fez isso comigo.

Após a minha conclusão dessa etapa de ensino, meus pais resolveram me matricular na escola de Ensino Fundamental I, denominada Escola Municipal Raimundo dos Santos Ferreira, que ficava localizada na área urbana do município. No entanto, os alunos provenientes de escolas multisseriadas que ainda existiam nas áreas rurais do município tinham que realizar uma prova escrita para demonstrar competências e habilidades adequadas ao nível e série de ensino.

Eu, meus irmãos e meus primos fizemos a prova para, assim, podermos estudar nessa escola, porém apenas eu consegui a nota mínima para a aprovação. Assim, tive que me separar dos meus irmãos e primos para poder estudar. Contudo, não demorou muito, e no ano seguinte eles foram estudar na mesma escola que eu. A escola em que estudamos na zona rural foi desativada e transformada em um posto de saúde que atende a comunidade local e circunvizinha.

Estudei todo o Ensino Fundamental I nesta escola. Nesse período, tive uma estagiária que cursava o Curso Técnico em Magistério. Na sua festa de despedida da turma, na 1ª série, ela me presenteou com minha primeira boneca. Sempre brinquei com as da minha irmã caçula. Ela sempre ganhava da madrinha, que morava em São Paulo, e que, sempre quando a vinha visitar, a presenteava ou a enviava por parentes e amigos que vinham à minha cidade.

Recordo-me também da minha professora da 4ª série. Possuía o maior carinho por ela; admirava-a pelo seu jeito simples e afetivo de ensinar. Em uma das aulas de Arte, ela pediu para que desenhassemos algo referente aos festejos juninos. Desenhei um lindo milho e, ao final, ela afirmou que o desenho não fora de minha autoria, tendo sido decalcado, e, com isso, não me deu a nota máxima. Fiquei extremamente revoltada e chateada. A partir daquele dia, não mais me dediquei aos meus desenhos e muito menos às aulas de Artes.

Hoje compreendo que nós, educadores, temos a dupla habilidade: ou podamos o voo de nossos alunos, infelizmente, ou os incentivamos a dar voos cada vez mais altos a partir de nossas falas, gestos e ações.

Desta forma, após concluir o Ensino Fundamental I, fui estudar na única

escola que ofertava essa etapa de ensino em minha cidade, o Colégio Estadual João Durval Carneiro. Nela experimentei, pela primeira vez, estudar no turno vespertino. Foi uma fase bem complicada, pois nunca gostei de estudar nesse turno. No entanto, minha mãe teve que enfrentar uma grande fila, dormir às vésperas no portão do referido colégio para conseguir me matricular, porém só conseguiu vaga para o período da tarde.

A minha turma era a 5ª série D. Possuía em sua composição quase cem por cento de alunos repetentes. A sala de aula ficava no final do corredor, distante de tudo e de todos. Nesse período, tive uma professora de Ciências maravilhosa, que marcou muito a minha vida e que me inspirou a ser um pouco da professora que sou hoje.

Também tive professores que me ajudaram, com seus exemplos nada inspiradores, a me moldar e buscar ser um ser humano e uma profissional melhor. Recordo-me do professor de Matemática que me ensinou durante todo o Ensino Fundamental II. As suas aulas eram as mesmas de sempre. Passei todo esse período praticando as quatro operações básicas, sem nenhum nível de complexidade e sem aprender nenhum conteúdo novo. Foram aulas e tempos perdidos, além de recursos públicos que deveriam assegurar uma educação pública de qualidade.

Ao concluir essa etapa de ensino, vivi um grande dilema. A minha cidade não possuía nenhuma escola pública que ofertasse o Ensino Médio. Possuía apenas o Colégio Cenecista, que ofertava essa modalidade de ensino com oferta de bolsas para os alunos que não tivessem condições financeiras de arcar com a matrícula e as mensalidades escolares. Nela havia apenas a oferta dos cursos técnicos em Magistério e Administração. Ambos os cursos não contemplavam meus interesses profissionais no momento. Queria cursar uma faculdade, possuir um curso superior.

Nesse contexto, passei a estudar no Colégio Estadual Sérgio Carneiro, Formação Geral, no município de Conceição do Almeida-BA, cidade vizinha à minha. Todos os dias ia e voltava em kombis que faziam lotação para transportar alguns alunos de São Felipe para Conceição do Almeida. Encantei-me pela escola e pelos professores, que frequentemente incentivavam os estudantes a estudar e se preparar para o vestibular, única forma de ingresso ao Ensino Superior na época.

Infelizmente, passado um ano, meus pais não tiveram condições de pagar o meu deslocamento para a cidade vizinha, e voltei a estudar em São Felipe como

bolsista no Colégio Cenecista. Só que agora era no turno noturno, pois, durante o dia, tinha que ajudar meus pais na lavoura da mandioca, milho, amendoim e nos serviços da casa de farinha.

Desde pequena, eu e meus irmãos sempre trabalhamos no contraturno da escola, ajudando meus pais no sustento de nossa família e nos afazeres de casa. Havia períodos em que íamos de madrugada para a casa de farinha e ainda tínhamos que ir para a escola, mesmo cansados e sem muita disposição. Foram períodos difíceis, mas que muito me ensinaram a ser forte, a perseverar e a não desistir dos meus objetivos, projetos e sonhos.

Uma das frases que mais marcou a minha infância veio da minha mãe, que sempre fora dependente financeiramente de meu pai. Ela sempre dizia para mim e para minhas duas irmãs: “estudem, minhas filhas, para que vocês tenham um emprego, o dinheiro de vocês e nunca dependam de homem nenhum”.

No Colégio Cenecista concluí a Educação Básica. Esse período foi uma fase de retrocessos em minha vida escolar, mas era a que eu tinha no momento. Não podia ficar sem estudar. Revi muitos conteúdos que já tinha visto no 1º ano da Formação Geral. Os professores não falavam e também não incentivavam os alunos a dar continuidade aos estudos após a conclusão da Educação Básica.

A sala de aula era muito ampla e repleta de alunos, em sua maioria desinteressados e desmotivados. Viam na escola uma forma de passatempo e ponto de encontro. As aulas eram ministradas por professores em cima de um tablado, uma espécie de palco que ficava próximo ao quadro.

Em ambas as escolas de conclusão da Educação Básica, não tínhamos módulos e livros didáticos. Todas as atividades e conteúdos eram passados com o uso do quadro de giz ou com alguns poucos materiais xerocados. Em muitos deles, tínhamos que pagar, pois ficavam disponibilizados em uma reprografia.

Após a conclusão da Educação Básica, dediquei-me a estudar para o vestibular em Licenciatura em História. Nesse período, foi implantado um cursinho pré-vestibular na mesma escola em que concluí a Educação Básica. Devo parte da minha aprovação no vestibular à minha mãe, que, na época, se desfez de uma vaca para pagar os meus estudos no cursinho preparatório.

Infelizmente, no dia da prova do vestibular da Universidade do Estado da

Bahia (UNEB), fiquei muito nervosa e não consegui fazer a redação, tendo sido eliminada. Fiquei frustrada, mas segui me dedicando aos estudos e à esperança de mudar meu futuro por meio da educação. Desde pequena, pedia a Deus para que não tivesse o mesmo destino de meus pais, que, mesmo lutando todos os dias, não possuíam uma renda fixa que garantisse o sustento de nossa família.

Dessa forma, no ano seguinte, formei um grupo de estudos com mais três amigos. E, mesmo em meio aos trabalhos diários realizados com meus pais, dedicava-me aos estudos. E, finalmente, a aprovação veio, em Licenciatura Plena em Geografia na UNEB, Campus V. Foram dias de luta e glória até conseguir concluir o curso. Pensei várias vezes em desistir. Saía todos os dias às 5h30 de casa e retornava às 14h, muitas vezes apenas com o café da manhã no estômago, pois mal tinha recursos financeiros para as passagens de ida e volta.

Atualmente, tem-se no Brasil o Programa Pé-de-Meia Licenciatura, que é uma iniciativa federal (parte do programa Mais Professores para o Brasil) que concede uma bolsa mensal de R\$ 1.050,00 a estudantes de baixa renda matriculados em cursos de licenciatura presenciais, visando combater a evasão e atrair novos professores para a rede pública de ensino.

Minha primeira experiência profissional ocorreu em 2007, atuando por quatro meses como recenseadora pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Foi um trabalho muito importante, no qual pude conhecer a realidade de vida de alguns dos meus conterrâneos residentes em áreas de intensa vulnerabilidade social. Creio que isso me sensibilizou ainda mais para o desejo de sempre lutar por equidade e justiça social em minha trajetória acadêmica.

Nesse contexto, no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), aprofundei meus conhecimentos sobre a segregação socioespacial no loteamento “Pentelho Falhado”, no município de São Felipe-BA. Essa área foi escolhida por ter sido uma das áreas recenseadas durante minha primeira experiência profissional, na qual compreendi que as desigualdades sociais e espaciais marcam a organização das cidades e que são um problema social complexo que afeta a qualidade de vida de todos.

A segregação socioespacial não é inerente à cidade, mas sim um processo socialmente produzido. É necessário incentivar e promover ações concretas que

apoiem iniciativas de inclusão social e a defesa de políticas públicas que combatam a segregação, para a promoção de uma cidade mais justa e igualitária. É um processo contínuo que exige a participação de diversos atores, incluindo o poder público, as universidades, as instituições não governamentais e os movimentos sociais. Ao promover a conscientização sobre esse problema, é possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, em que todos possam ter as mesmas oportunidades de desenvolver seu potencial e de viver com dignidade.

Em 2009, recebi o convite da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer do município de São Felipe-BA para desempenhar o papel de coordenadora de turma do programa Todos pela Alfabetização (TOPA). Foi uma experiência incrível. Mesmo sem nenhuma experiência formal no mundo da educação, já havia em mim o desejo de possibilitar não só a mudança da minha realidade por meio da educação, como também a de outras pessoas.

Durante essa atuação, participei de vários encontros de formação ofertados pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). Nesse período, aprofundei meus contatos com os clássicos pensadores da educação. Lembro-me de que minha maior inspiração educacional — e que ainda continua a ser — é o grande e inesquecível educador brasileiro Paulo Freire, com a sua *Pedagogia do Oprimido*.

A *Pedagogia do Oprimido* justifica-se pela necessidade de uma educação que transforme a realidade opressora, conscientizando os oprimidos sobre sua situação e incentivando-os a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. A obra busca romper com a educação bancária, que apenas transmite informações sem promover a reflexão e a crítica, e a substitui por uma educação dialógica, que valoriza o diálogo, a participação e a transformação social (Freire, 2005).

Recordo-me de que, nas visitas às turmas do TOPA, que tinha que realizar mensalmente, identificava-me e reconhecia-me na realidade de vários educandos, em sua maioria trabalhadores e aposentados do campo, que, quando em idade de estudar a Educação Básica, foram obrigados a trabalhar e ajudar no sustento da família juntamente com seus pais. Isso me motivava e fazia-me querer buscar sempre mais por meio da elaboração de aulas e práticas educativas que contribuíssem significativamente com a alfabetização dos alunos trabalhadores do TOPA.

As aulas do TOPA eram planejadas semanalmente entre a coordenadora de

turma e os alfabetizadores. Dessa forma, procurava sempre planejar as aulas com os alfabetizadores, utilizando como princípio o método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire, que utilizava o vocabulário e a realidade dos alunos, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e prazeroso.

Ademais, Freire (2005) defendia que a educação deveria ser um processo de diálogo entre professor e alunos, em que todos pudessem aprender e contribuir. E essa deveria ser a proposta a ser aplicada no processo de alfabetização do aluno trabalhador inserido no Programa TOPA.

Em 2008, fui selecionada, por meio de análise curricular, para trabalhar como professora do Ensino Fundamental I no Instituto Educacional Aquarela do Saber (IEAS), em São Felipe. Assim, teria que conciliar as atividades da graduação com essa oportunidade de trabalho na área na qual estava começando a me especializar e a me encantar ainda mais. Estudava pela manhã e trabalhava à tarde para ajudar a custear minha manutenção na faculdade. Embora pública, eu necessitava de recursos para passagem, lanche, aquisição de material, além dos gastos pessoais.

No início, como professora titular do 5º ano do Ensino Fundamental II, tive algumas dificuldades de adaptação. Tudo era novo para mim, principalmente atuar em uma escola da rede particular, pois, no dia a dia, há muita cobrança e uma exigência de total eficiência por parte da direção, coordenação e, principalmente, dos pais. Você não pode errar. Tem que ser assertiva e consciente de suas ações metodológicas. Mas, como sempre em minha vida, contei com a ajuda de uma equipe diretiva maravilhosa e algumas colegas de trabalho que se tornaram amigas para a vida. Assim, todos me direcionavam e orientavam no caminho mais correto a ser seguido, tirando minhas dúvidas e me orientando sobre como proceder e agir com vistas a obter a satisfação de todos.

Foi uma verdadeira lapidação na minha atuação profissional. Cresci muito enquanto pessoa e profissional. Permaneci nesta unidade de ensino até o ano de 2016. Porém, sempre mudando de série como professora titular. Gostava dessas mudanças; isso me possibilitava adaptações constantes de metodologias e familiarização com assuntos que me tiravam da rotina de sempre trabalhar com a mesma turma e os mesmos conteúdos.

Com o passar de alguns anos, a escola cresceu e implantou, em 2010, uma

nova modalidade de ensino: o Ensino Fundamental II. Nesse período, frustrei-me um pouco com a direção escolar, que, mesmo sabendo da minha competência e da minha graduação em andamento em Licenciatura em Geografia, optou por contratar outra profissional para lecionar Geografia para as turmas do Ensino Fundamental II. Mas, como acredito que tudo tem seu tempo, às vezes é necessário esperar e perseverar. Assim, continuei o desenvolvimento do meu trabalho com a mesma dedicação e empenho de sempre.

Atrelado a isso, continuava os estudos da graduação, sempre me recordando de que, quando criança, eu e meus irmãos estudávamos e ajudávamos nossos pais nos trabalhos da lavoura e na casa de farinha. Uma realidade dura e cruel, mas digna. Eles, sempre com seus exemplos de coragem e determinação, sempre nos incentivaram a estudar e a nunca desistir dos nossos sonhos, por mais difíceis que fossem. Assim, com muito orgulho e determinação, em 2011, recebi o meu diploma de Licenciada em Geografia. Foram dias difíceis, mas de muita luta, garra e determinação. Realizei um dos meus maiores sonhos.

No mesmo ano, o IEAS fez-me uma proposta para trabalhar com a disciplina de Ciências no Ensino Fundamental II. Dessa forma, comecei a trabalhar na mesma instituição em tempo integral: no matutino com o Ensino Fundamental I e no vespertino com o Ensino Fundamental II. Embora não fosse a minha área, procurei desenvolver práticas metodológicas que aliassem teoria e prática em sala de aula. Considero a articulação entre teoria e prática fundamental para um aprendizado mais significativo e eficaz. A teoria fornece o conhecimento-base, enquanto a prática permite a aplicação e compreensão desse conhecimento, desenvolvendo habilidades e competências essenciais.

Assim, com o resultado desenvolvido no ensino de Ciências para as séries finais do Ensino Fundamental II, em 2012, finalmente pude lecionar dentro da minha área de formação para alunos do Ensino Fundamental II. Passei, dessa forma, a lecionar, no vespertino, as disciplinas de Ciências e Geografia até o ano de 2015 e, no matutino, continuava como professora titular de uma das séries do Ensino Fundamental das Séries Iniciais. Contudo, em 2015, infelizmente, o IEAS deixou de ofertar o Ensino Fundamental II devido ao alto índice de inadimplência nesse segmento.

No início de 2017, diante das sérias dificuldades financeiras pelas quais passava a escola, recebi a proposta da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), de São Felipe-BA, para trabalhar na Coordenação Pedagógica na Escola Municipal Presidente Médici. Assim, deixei de trabalhar no IEAS e passei a me dedicar exclusivamente à coordenação pedagógica. Foi uma experiência dolorosa e fortalecedora ao mesmo tempo.

Sem preparo e experiência profissional na área de coordenação, principalmente na educação pública, não tive muito apoio e compreensão da direção da escola, que transferia para a coordenação todas as questões indisciplinares dos alunos, que não eram poucas. Dessa forma, mal conseguia desenvolver realmente o meu papel como coordenadora. A escola funcionava em três turnos e possuía oito salas de aula, com uma média de 40 a 45 alunos por sala. A demanda era muita. Não conseguia resolver os problemas indisciplinares dos alunos, realizar atendimento individualizado com os pais, lidar com problemas da secretaria escolar, que não funcionava sozinha, e desenvolver os trabalhos pedagógicos.

Por diversas vezes, sofri assédio e ameaças por parte da diretora da escola, que me demandava e cobrava funções que não eram minhas. Em determinados momentos, esse ambiente se tornou insalubre para mim. Passei a desenvolver ansiedade e tiques comportamentais. Após muitas solicitações e percebendo a demanda da coordenação pedagógica, a SEMEC encaminhou à escola outra coordenadora para o desenvolvimento dos trabalhos.

A partir desse momento, passei a ter um pouco mais de tranquilidade na execução dos meus trabalhos. A diretora passou a ter mais empatia e compreensão com as diferentes situações que não envolviam apenas a mim, como também os demais funcionários. Nesse período, aprendi muito com base na dor e na alegria. Mas minha estadia por essa instituição foi muito breve, porém muito intensa psicologicamente. No ano seguinte, devido a uma necessidade de “corte” para enxugar a folha de pagamentos, exatamente no dia 22 de agosto, fui exonerada do cargo.

Foi muito doloroso acordar todos os dias e não ter uma rotina de trabalho. Nesse período, necessitava muito dos recursos financeiros para o tratamento médico da minha filha. Como diz o ditado: “Nem tudo na vida é um mar de rosas”, e, nesse

momento, enfrentei uma das passagens mais tristes e marcantes da minha história. Apresentei um princípio de depressão; o desânimo e a falta de coragem quase tomaram conta de mim. Foi muito difícil lidar com essa situação, porém venci e me fortaleci. Das dores, construí fortalezas e amadurecimento profissional e psicológico.

Em 2019, comecei a trabalhar em duas escolas da rede particular em São Felipe. A Escola Colmeia, na qual lecionava nos turnos matutino e vespertino: Matemática no 5º ano do Ensino Fundamental I, Redação no 1º ano do Ensino Fundamental I e Artes no Ensino Fundamental II. No Centro Educacional Irineu Barbosa – CEIB, lecionava como professora titular do 5º ano do Ensino Fundamental I, no turno vespertino. Nessa turma, não dava aulas de Matemática, Inglês e Educação Física. Assim, conseguia conciliar o trabalho no turno vespertino nas duas escolas.

Foi um período muito difícil. Eram projetos pedagógicos diferentes que deveriam ser desenvolvidos com os alunos. Isso exigia muito no planejamento e execução. Sem falar nas datas comemorativas e festividades escolares, em que havia choque nas datas e ambas as escolas exigiam a minha presença. Ademais, lecionava para alunos com faixas etárias muito distantes, e isso me causava um desgaste físico e psicológico muito grande.

Nesse contexto, em 2020, optei por trabalhar em apenas uma escola, o CEIB. E foi minha salvação, pois, logo após o início do ano letivo, tivemos o período de quarentena e isolamento social por conta da Covid-19. Trabalhar com aulas remotas durante esse período foi muito desafiador. Considero uma experiência traumatizante tanto para alunos quanto para professores, que foram obrigados a vivenciar o processo de ensino-aprendizagem nesse contexto. São marcas e aprendizagens que nunca esqueceremos e manteremos o desejo de nunca mais vivenciarmos tudo o que passamos novamente.

Em 2022, com o ensino híbrido e o período de ressocialização dos nossos estudantes no ambiente escolar, passei a dar aulas no turno matutino para o 2º ano das Séries Iniciais e continuei a ministrar aulas para o 5º ano do Ensino Fundamental I no CEIB. Em meio às minhas experiências profissionais, principalmente na rede particular de ensino, sempre procurei realizar concursos tanto em nível estadual quanto municipal para professora. Mas, infelizmente, em nenhum desses concursos obtive resultado positivo. Sempre me inscrevia, porém nunca tinha tempo para estudar

e me preparar especificamente para realizá-los.

Até que, em 2019, fiquei na segunda classificação do processo seletivo em Regime de Direito Administrativo (REDA) para professor de Geografia do concurso da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA). Quando não mais tinha esperança da minha convocação, fui convocada para substituir um professor REDA no Colégio Estadual São Felipe (CESF), em São Felipe-BA. Sendo assim, tive que deixar de trabalhar no CEIB, pois não tinha como conciliar ambos os trabalhos.

Dessa forma, assumi a função de professora do Estado da Bahia em 01 de julho de 2022. Retornava, assim, à escola que um dia fora meu segundo lar. Estudei o Ensino Fundamental II nesta escola, que anteriormente era denominada Colégio Estadual João Durval Carneiro e ofertava apenas o Ensino Fundamental das Séries Finais.

Agora, retornava ao CESF como educadora do Ensino Médio. Alguns antigos professores tornaram-se colegas de trabalho. Passei a ensinar várias disciplinas em turnos alternados. Exercia praticamente uma dedicação exclusiva à escola, pois tinha vários horários vagos e trabalhava todos os dias praticamente nos três turnos.

Apesar do trabalho árduo e cansativo, devido à sobrecarga de disciplinas do Novo Ensino Médio, que, ano após ano, tem passado por reformulações com a criação de novas disciplinas que dificultam e sobrecarregam a vida do professor com o planejamento e a execução das aulas, ainda assim tem sido uma experiência totalmente diferente da que já vivi até o presente momento. Não sei se, atualmente, conseguirei trabalhar com estudantes do Ensino Fundamental I e II.

Em meio a tudo isso, há também a desmotivação e o desinteresse por parte da maioria dos alunos, que simplesmente vão à escola por conta do Programa Bolsa Presença. Esse programa é uma política de Estado voltada às famílias com filhos(as) matriculados na rede pública estadual de ensino e em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Durante o ano letivo, o Bolsa Presença disponibiliza o valor de R\$ 150 por mês para cada família atendida pelo programa, sendo acrescidos mais R\$ 50 por estudante a partir do segundo filho matriculado. Para ter o pagamento efetuado, o aluno deverá estar regularmente matriculado na rede estadual de ensino e possuir frequência escolar em classe.

Em 2023, voltei a trabalhar no CEIB, lecionando Filosofia para as turmas do Ensino Fundamental das Séries Finais e Ensino Médio. Porém, fui convocada novamente pelo processo seletivo REDA 2022 pela SEC-BA em 22 de maio de 2023. Assim, devido à carga horária de quarenta horas na rede estadual, passei a lecionar Filosofia apenas para o Ensino Médio no CEIB.

Atualmente, continuo a lecionar no CESF e no CEIB. Hoje percebo o quanto me dediquei a práticas pedagógicas em escolas particulares que exigem muito de nós, educadores, e, no entanto, o retorno financeiro não é nada condizente com a demanda e exigência. Muitas vezes chorei cortando EVAs para a confecção de lembrancinhas que, muitas vezes, não eram valorizadas pelos alunos e seus familiares e tinham como destino certo o descarte nas lixeiras e ruas da cidade. No meu íntimo, algo sempre me dizia que não estudei para isso.

Contudo, percebo que poderia, ao longo dos meus dezessete anos de práticas pedagógicas, ter me dedicado mais à realização de mais um dos meus sonhos: tornar-me professora efetiva da rede estadual ou municipal. Ter uma estabilidade financeira e, assim, poder me dedicar cada vez mais a mudanças de realidades por meio da educação, principalmente dos mais vulneráveis e necessitados de nossa sociedade.

Em 2024, inscrevi-me no processo seletivo da Pós-graduação Lato Sensu em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica – EPT pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSERTÃOPE), por indicação de um colega de trabalho que já realizou essa especialização por outro Instituto Federal. Essa especialização me interessou, pois, com a implantação dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes na rede estadual de ensino do estado da Bahia em 2022, passei a trabalhar com algumas disciplinas de ambas as modalidades no Curso Técnico em Administração.

Surgiu, assim, para mim, a necessidade de compreender melhor a EPT e melhorar minhas práticas educacionais para a execução de uma educação técnica cada vez mais significativa nos cursos técnicos em Administração. Contudo, a realização das leituras, escritas, análises e o compartilhamento de informações, por meio das disciplinas da EPT, atrelados à minha experiência pessoal e às minhas práticas pedagógicas na Educação Profissional, fizeram-me querer identificar os desafios e possibilidades para a efetivação do empoderamento feminino na EPT.

Para Berth (2019), empoderamento é um processo de fortalecimento interno e coletivo que visa transformar estruturas sociais desiguais. Ele envolve consciência crítica, valorização da identidade e ação política. Não se trata de “conceder poder”, mas de reconhecer e potencializar o poder já existente nos sujeitos e comunidades. Desta forma, pelos estudos até aqui realizados, o empoderamento é uma das vertentes da EPT que necessita de um estudo mais aprofundado, considerando o trabalho como princípio educativo e transformador da realidade social.

Segundo dados do Censo Escolar 2023, há predominância feminina nas matrículas dos cursos de EPT, com 57,9% (1,3 milhão) dessas matrículas. A modalidade de ensino foi a que mais cresceu na Educação Básica no último ano, como indicou o Censo Escolar. Entre 2022 e 2023, as matrículas na EPT passaram de 2,1 milhões para 2,4 milhões, representando um aumento de 12,1% (INEP, 2025).

Assim, a importância de se analisar o empoderamento feminino na EPT inclui a promoção da igualdade, visto que o empoderamento feminino ajuda a corrigir desigualdades de gênero, ampliando oportunidades para mulheres na educação e no mercado de trabalho, além de contribuir para uma maior consciência coletiva entre as mulheres, incentivando-as a não se submeterem a normas machistas.

No atual cenário socioeconômico, promover a equidade de gênero tornou-se uma pauta central em diversas esferas da sociedade brasileira. Segundo Costa (2014), o debate sobre gênero no Brasil tem avançado, especialmente em áreas que envolvem políticas públicas e educação. Da mesma forma, Nogueira (2017) discute a importância da inclusão das mulheres em espaços tradicionalmente ocupados por homens, destacando o papel da equidade de gênero para o desenvolvimento social.

A Organização das Nações Unidas Mulheres (2020) reforça que a equidade de gênero é essencial para o desenvolvimento sustentável e para a justiça social em nível global. Apesar dos avanços significativos, as disparidades de gênero persistem, especialmente em setores como as carreiras técnicas, em que as mulheres continuam sub-representadas.

A EPT torna-se, assim, um espaço crucial para discutir e implementar práticas que promovam a igualdade de gênero e o respeito à diversidade. Dessa forma, o empoderamento feminino na EPT pode ajudar as mulheres a desenvolver habilidades que são essenciais para sua autonomia e sucesso profissional. Nessa circunstância,

acredita-se que a EPT é um meio eficaz para desafiar e mudar as normas culturais que perpetuam a desigualdade de gênero e impedem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Estatísticas de Gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil*, aponta que ainda é longo o caminho rumo à equidade. Em 2022, as mulheres representavam apenas 25% dos graduados na área de Tecnologia e 20% dos profissionais da área inseridos no mercado de trabalho (IBGE, 2022).

Percebe-se que, atualmente, as mulheres têm a liberdade de manifestar seus interesses nas áreas de conhecimento sem os condicionamentos limitantes do contexto cultural de alguns anos atrás. Ademais, reconheço o potencial dos cursos de EPT para abrir portas no mercado de trabalho e para a atuação acadêmica, promovendo cada vez mais o empoderamento feminino a partir da Educação Profissional e Tecnológica pública e de qualidade.

Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2023, atualmente, no Brasil, há, em todas as faixas etárias, a predominância de matrículas de mulheres na educação profissional. Embora haja um aumento significativo na participação feminina em cursos técnicos, a tradução dessas habilidades em sucesso empresarial ainda é limitada por fatores externos, como o acesso a redes de negócios e capital (Silva, 2019), além dos preconceitos de gênero e da sobrecarga de responsabilidades familiares.

Assim, as políticas públicas precisam ser continuamente adaptadas para atender às necessidades dessas mulheres. É necessário propor estratégias para a criação de um ambiente mais inclusivo e equitativo na EPT, que valorize o papel das mulheres na sociedade e na economia, para que a EPT contribua para a formação humana integral e para a efetivação do trabalho como princípio educativo, colaborando para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Desse modo, o empoderamento feminino na EPT não é apenas um avanço para as mulheres, mas para toda a sociedade, pois gera inovação, diversidade de perspectivas, justiça social e melhores condições de desenvolvimento econômico.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Refletir sobre o papel da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para o empoderamento feminino a partir de minha trajetória formativa: pessoal, acadêmica e profissional.

1.1.2 Objetivos específicos

- Discutir aspectos de minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, explorando a experiência vivida a partir do relato autobiográfico/memorial de formação;
- Analisar a contribuição das matrizes curriculares e das disciplinas cursadas para a consolidação da identidade docente e para a compreensão do papel transformador da educação técnica na vida das mulheres;
- Problematizar a presença feminina no cenário da EPT, com foco na identificação de desafios estruturais e na projeção de possibilidades de emancipação e empoderamento dentro desse contexto educacional partindo de minha trajetória formativa e profissional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho configura-se como uma pesquisa autobiográfica qualitativa, com narrativas e reflexões da minha trajetória pessoal e profissional. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador é o sujeito e o objeto de estudo, utilizando narrativas de sua vida para a investigação, reflexão e constituição do conhecimento sobre si mesmo e seu contexto social.

Segundo Abrahão (2004), as pesquisas autobiográficas configuram-se como uma forma de pesquisa em que o sujeito se desvela para si e se revela para os outros, como uma história autorreferente carregada de significado. Para Nóvoa (2010), essa interação entre o relato do indivíduo e a interpretação de seu mundo permite uma construção mais crítica e significativa de si mesmo.

A abordagem (auto)biográfica atua tanto como método, devido à sua sólida fundamentação teórica e trajetória histórica, quanto como técnica, pela aplicação em diferentes contextos metodológicos. Inserido no campo das pesquisas socioeducacionais, o método (auto)biográfico possibilita, por meio das vozes dos atores sociais, reconstruir a singularidade das histórias narradas por sujeitos historicamente e socioculturalmente situados.

Assim, assegura-se o papel desses sujeitos como construtores de suas histórias individuais e coletivas, articulando a dimensão subjetiva à perspectiva científica (Souza, 2006). Para Delory-Momberger (2006, p. 363), “nós não fazemos a narrativa de nossa vida porque nós temos uma história; nós temos uma história porque nós fazemos a narrativa de nossa vida”, revelando a importância desse tipo de exercício de pesquisa e escrita científica, que coloca o sujeito no centro do processo de produção do conhecimento.

2.1 Formação

Minha formação superior teve início em 2007, quando ingressei no curso de Licenciatura Plena em Geografia pela UNEB, Campus V. Desde a educação básica, sempre tive forte interesse por História, disciplina pela qual me encantei, especialmente pela influência de um professor no cursinho pré-vestibular. No entanto,

por questões de logística e possibilidade de permanência em minha cidade natal, São Felipe-BA, optei por cursar Geografia no turno matutino, evitando a necessidade de morar em outro município.

A Geografia, ainda que silenciosa, já fazia parte de minha vida. Ela me escolheu antes mesmo que eu a reconhecesse, tornando-se meu caminho acadêmico e profissional. Durante a graduação, enfrentei dificuldades, principalmente nas disciplinas de Geografia Física, mas a dedicação constante foi o que me garantiu superar obstáculos, aprender e conquistar bons resultados. Sempre acreditei que determinação e esforço são chaves fundamentais para o sucesso.

Os cursos de licenciatura priorizam a formação docente, articulando conhecimentos sobre teorias educacionais, metodologias, planejamento e avaliação com experiências práticas de estágio, de modo a formar profissionais críticos, reflexivos e socialmente engajados (Saviani, 2019).

Desta forma, no Estágio Supervisionado I, percebi o quanto é desafiador ser professora no contexto da realidade brasileira. Lecionar para uma turma numerosa e desmotivada da 6ª série foi marcante. A ausência de acompanhamento da professora titular revelou fragilidades no processo escolar, mas me motivou a buscar metodologias ativas, que valorizassem a participação dos alunos e promovessem a criticidade. Apesar dos resultados limitados pelo tempo, aprendi que a prática docente exige criatividade, resiliência e reflexão constante.

Ao longo da graduação, participei de encontros e congressos de estudantes de Geografia em níveis estadual e nacional. Esses espaços foram fundamentais para a ampliação de meu olhar acadêmico e para o fortalecimento de redes de contato com outros profissionais. A experiência de apresentar trabalhos, ainda que desafiadora diante da minha timidez, contribuiu para meu amadurecimento intelectual, desenvolvendo habilidades de comunicação, pesquisa e análise crítica. Nesse período, o apoio de colegas foi essencial para fortalecer minha confiança e entusiasmo na área.

Minha trajetória acadêmica é também atravessada por minha história familiar. Sempre admirei a dignidade e a coragem dos meus pais diante das dificuldades, mas alimentava em mim o desejo de construir uma vida diferente, em que a educação fosse o caminho da transformação. Em 2011, tornei-me licenciada em Geografia.

A formação não parou aí. Em 2013, concluí a pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Adventista da Bahia – FADBA, conciliando trabalho exaustivo com deslocamentos semanais aos domingos. Dois anos depois, finalizei a pós-graduação em Educação Inclusiva pela Faculdade de Santa Cruz da Bahia (FSC), ampliando minha compreensão sobre práticas pedagógicas voltadas para a diversidade. Essas especializações me deram condições de atuar de forma mais inclusiva e crítica, consolidando uma prática docente voltada à promoção da equidade.

Em 2024, iniciei a pós-graduação em EPT pelo IFSETE/BA. Ser aluna-trabalhadora, sobretudo em uma cidade pequena do interior, tem sido um grande desafio. Conciliar duas jornadas de trabalho docente, atividades acadêmicas e responsabilidades familiares exige malabarismos e disciplina. Por vezes, o cansaço e a falta de tempo trazem desmotivação. Contudo, sigo firme porque acredito na potência da educação como prática transformadora.

A formação na EPT tem enriquecido minha prática pedagógica, especialmente no curso técnico em Administração ofertado na rede estadual em São Felipe. Ela tem me possibilitado desenvolver aulas mais dinâmicas e metodologias inovadoras, que despertam nos alunos a capacidade de sonhar e transformar suas realidades. Além disso, tem alimentado meu desejo de avançar em minha formação, seja por meio de uma segunda graduação em Pedagogia, seja pela realização de um mestrado na área da EPT.

No percurso, compreendo que o empoderamento feminino é central na minha história e na das mulheres que, como eu, enfrentam desigualdades estruturais. Como afirma Ribeiro (2020), o empoderamento feminino é a luta para ser reconhecida como sujeito em uma sociedade que insiste em negar essa existência. Assim, ao refletir sobre minha trajetória, percebo que a conquista de espaços acadêmicos e profissionais não é apenas individual, mas também coletiva, pois questiona papéis historicamente atribuídos às mulheres.

Hooks (2019) reforça que a educação é um ato de liberdade e que o espaço escolar pode e deve ser lugar de transgressão, onde as mulheres rompem com silêncios e se reconhecem como sujeitos ativos de transformação. Nesse sentido, vejo minha caminhada acadêmica e docente como parte de um processo maior: contribuir

para que outras mulheres se empoderem, ampliem suas vozes e alcancem autonomia intelectual, social e econômica.

Sardenberg (2012) lembra que o empoderamento não é um produto acabado, mas um processo contínuo de luta contra a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Essa consciência me inspira a seguir adiante, mesmo diante dos desafios, acreditando que cada conquista abre caminhos para outras mulheres.

Assim, produzir este memorial é reconhecer que minha formação acadêmica e profissional é marcada por lutas, superações e aprendizados. Mais que títulos, diplomas e certificados, ela representa minha resistência, minha crença no poder da educação e meu compromisso com uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

2.2 Atuação profissional na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Minha atuação na EPT teve início em 2020, quando comecei a lecionar para o 2º ano do Ensino Fundamental I no CEIB, durante o período de ensino remoto em função da pandemia de COVID-19. O trabalho em formato remoto constituiu um desafio significativo, uma vez que não possuía formação específica para a educação a distância nem recursos tecnológicos adequados para o desenvolvimento das aulas.

Nesse contexto, foi necessário aprender, de maneira prática e imediata, técnicas de gravação e edição de vídeos, utilização do Google Meet para transmissões on-line e adaptação de dispositivos pessoais, como a câmera do celular, para o formato de webcam. Tal experiência, embora dolorosa e traumatizante, promoveu aprendizagens significativas, reafirmando o papel da prática docente como processo contínuo de construção de saberes (Tardif, 2014).

Em 1º de julho de 2022, retornei ao CESF como educadora do Ensino Médio, o que representou um desafio significativo, exigindo adaptação às novas demandas do Novo Ensino Médio, caracterizado por constantes reformulações curriculares e criação de novas disciplinas. A sobrecarga de planejamento e execução de aulas impacta diretamente na rotina docente, reforçando a necessidade de gestão eficiente do tempo e atualização contínua (Saviani, 2007).

Em 2020, devido à carência de docentes qualificados para o Curso Técnico

em Administração, assumi disciplinas no ensino concomitante e subsequente, incluindo Iniciação Científica, Gestão de Impactos Socioambientais, Metodologia da Pesquisa Científica e Educação Digital e Midiática.

A experiência na EPT tem sido simultaneamente desafiadora e enriquecedora, considerando as diferenças de público entre as modalidades. Identifico-me mais com o curso subsequente, composto por alunos concluintes do Ensino Médio, que demonstram maior determinação e interesse, embora enfrentem taxas mais elevadas de evasão devido à dupla condição de estudantes e trabalhadores.

Em minha prática docente, busco articular conhecimento teórico e vivência prática, estimulando o desenvolvimento do senso crítico, da autonomia e das competências necessárias para a vida pessoal, social e profissional. A interação constante com os alunos e a necessidade de atualização contínua fortalecem meu desenvolvimento pessoal e profissional, evidenciando que a atuação na educação profissional transcende a mera transmissão de conteúdos, assumindo papel inspirador e motivador, capaz de favorecer a transformação social (Sardenberg, 2012; Hooks, 2019).

Como observa Tardif (2014, p. 01), os saberes docentes “brotam da experiência e são por ela validados. Eles incorporam-se à experiência individual e coletiva sob a forma de habitus e de habilidades, de saber-fazer e saber-ser”. Essa perspectiva reforça a centralidade da experiência docente na construção do conhecimento, na reflexão crítica sobre a prática pedagógica e na promoção do desenvolvimento integral dos estudantes, em consonância com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica (Saviani, 2007).

2.3 Discussão das temáticas das disciplinas

Durante a minha formação na Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, as disciplinas que mais contribuíram para minha trajetória acadêmica e profissional para a escolha do tema deste trabalho foram: *Trabalho-Educação: Fundamentos Teóricos e Didáticos I; Práticas Educativas na EJA-EPT: teorias e didáticas; A docência na EPT: contingências históricas e práticas inspiradoras; Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica; Trabalho-*

Educação: Fundamentos Teóricos e Didáticos II; e Práticas Educativas para a permanência e êxito discente na EPT: teorias didáticas.

2.3.1 Disciplina 1

Na disciplina *Educação: Fundamentos Teóricos e Didáticos I*, discutiu-se a relação entre trabalho e educação como fundamento da EPT, concebida como prática que integra ciência, cultura e tecnologia ao mundo do trabalho, visando à formação integral do sujeito.

Para Gramsci (2001), a escola unitária deve articular trabalho intelectual e manual, superando a fragmentação do conhecimento e formando sujeitos capazes de intervir criticamente na realidade. Essa concepção amplia a compreensão do trabalho como princípio educativo e reforça sua centralidade na emancipação humana.

Tal perspectiva vai além do adestramento técnico, pois, como destaca Kuenzer (2002), a EPT deve articular a qualificação profissional com uma formação cidadã, ampliando as possibilidades de inserção social. Nesse sentido, o princípio trabalho-educação dialoga diretamente com o empoderamento feminino, na medida em que promove o acesso das mulheres à formação crítica e à cidadania.

Historicamente, as mulheres foram submetidas à exclusão educacional e laboral, sobretudo em áreas técnicas e tecnológicas, em virtude da divisão sexual do trabalho (Hirata; Kergoat, 2007). Contudo, a concepção de trabalho-educação presente na EPT permite superar tais barreiras, ao integrar teoria e prática, formando mulheres aptas a compreender criticamente as estruturas sociais. Nessa linha, Manacorda (2017) argumenta que a educação politécnica possibilita a compreensão integral do trabalho, articulando ciência, técnica e cultura como instrumentos de emancipação.

Assim, a inserção das mulheres na EPT fortalece o empoderamento feminino ao promover autonomia intelectual e econômica, condições fundamentais para a igualdade de gênero. Como ressalta Hooks (2019), a educação é um espaço de libertação e construção da consciência crítica, condição indispensável para que as mulheres ocupem espaços de decisão e enfrentem relações sociais desiguais.

Dessa forma, a articulação entre trabalho e educação na EPT assume papel

estratégico na redução das desigualdades históricas e na construção de uma sociedade mais democrática.

2.3.2 Disciplina 2

A disciplina, *Práticas Educativas na EJA-EPT: teorias e didáticas*, marcou positivamente a minha formação em EPT. Visto que em 2009 trabalhei como Coordenadora do TOPA.

Nessa disciplina fomos convidados à reflexão sobre o papel social da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica. Hoje compreendo que a EJA-EPT constitui uma estratégia pedagógica que articula escolarização formal e formação profissional, ampliando o acesso das mulheres ao conhecimento, à qualificação e à autonomia social. Para Marx (2004 [1844]), o trabalho é a atividade fundante da vida humana e, por isso, sua articulação com a educação deve ser compreendida como princípio emancipador.

Vale ressaltar que, ao longo da história, muitas mulheres tiveram o direito à escolarização negado ou interrompido em função de responsabilidades domésticas, maternidade precoce ou limitações econômicas. Hirata e Kergoat (2007) destacam que a divisão sexual do trabalho reforçou a exclusão feminina de áreas profissionais estratégicas. Nesse contexto, a EJA-EPT reconhece e valoriza as experiências de vida e de trabalho das mulheres, permitindo que retomem sua trajetória educativa com base em saberes significativos.

De acordo com Ciavatta (2012), a EPT, quando vinculada à formação crítica, fortalece a identidade das trabalhadoras como cidadãs e agentes de transformação social. Além disso, práticas pedagógicas inclusivas favorecem a superação de estereótipos de gênero e incentivam a presença feminina em áreas como tecnologia, indústria e engenharia.

Assim, torna-se primordial a realização de práticas pedagógicas inspiradoras com foco no empoderamento feminino na EJA-EPT, como: projetos interdisciplinares com base em narrativas de vida; realização de oficinas integradas sobre trabalho e ciência, que discutam o papel das mulheres nas ciências e nas profissões técnicas, questionando estereótipos; trabalho com produções culturais (música, literatura,

cinema, artes visuais) que abordem o feminino em suas múltiplas dimensões, articulando discussões críticas sobre gênero e desigualdade com a formação técnica; desenvolvimento de projetos de intervenção comunitária, em que os estudantes elaborem e implementem ações na comunidade, como campanhas contra a violência de gênero, incentivo ao empreendedorismo feminino ou rodas de conversa sobre direitos trabalhistas das mulheres, unindo, assim, formação técnica (planejamento, organização de eventos, uso de tecnologias) com ciência e cultura (pesquisa, reflexão crítica, produção cultural).

Scott (1995) ressalta que o empoderamento feminino só se concretiza com a apropriação crítica do conhecimento, condição indispensável para disputar espaços de poder e transformar relações desiguais. Assim, a EJA-EPT não apenas possibilita o retorno à escolarização, mas promove a emancipação social e política das mulheres, impactando diretamente a construção de uma sociedade mais justa.

2.3.3 Disciplina 3

A disciplina *A docência na EPT: contingências históricas e práticas inspiradoras* me encantou porque buscou aprofundar questões mais específicas da docência na EPT, tais como a formação docente na EPT, práticas educativas integradoras, os desafios da educação inclusiva e a educação de jovens e adultos na EPT. É sempre bom estudar o que gostamos e ampliar nossos conhecimentos e visões de mundo. Assim, em uma das atividades proporcionadas pela disciplina, refleti sobre os saberes docentes e a identidade do professor na EPT.

Os saberes da experiência me permitiram, ao longo da minha prática, nesses dezessete anos em sala de aula, a capacitação para enfrentar os desafios da docência com maior eficiência e promover a aprendizagem dos alunos de forma mais individualizada e eficaz.

No entanto, esses saberes foram e estão sendo construídos na minha práxis educativa, às vezes de forma dolorosa e indevida, devido à desvalorização da profissão docente, ao desrespeito e à violência contra nós, professores, além da sobrecarga de trabalho, na qual, em muitas situações, somos obrigados a lecionar em

várias escolas, com diferentes níveis e modalidades de ensino, além de diferentes disciplinas.

Contudo, ao longo da minha prática docente, atuando em diferentes níveis e modalidades da educação básica, fui aprimorando meus saberes inclusivos na docência. Durante o exercício da profissão, percebo que é muito desafiador desenvolver as habilidades, conhecimentos e práticas específicas que permitem criar um ambiente de aprendizagem que valorize a diversidade e que atenda às necessidades de todos os alunos, incluindo, principalmente, aqueles com necessidades educativas especiais.

Assim, a docência na EPT deve ser compreendida como mediação social capaz de articular formação técnica, reflexão crítica e emancipação. Segundo Frigotto (2010), a educação politécnica não pode restringir-se à capacitação instrumental, devendo formar sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade social.

Dessa maneira, a EPT prioriza atender às demandas do mercado de trabalho, desconsiderando, por vezes, a formação integral. Isso contribuiu para a exclusão das mulheres, já que a divisão sexual do trabalho (Hirata; Kergoat, 2007) restringiu sua participação em áreas técnicas. Entretanto, práticas docentes inspiradoras vêm alterando esse cenário. Professores que reconhecem a experiência feminina, incentivam sua participação em áreas masculinizadas e articulam teoria e prática contribuem para o empoderamento das mulheres.

De acordo com Ciavatta (2012), a docência na EPT deve integrar saberes técnicos e experiências de vida ao conhecimento crítico, permitindo a construção de sujeitos conscientes de seu papel social. Nesse processo, as mulheres desenvolvem autonomia intelectual, econômica e social. Butler (2019) acrescenta que questionar normas de gênero é essencial para transformar estruturas de exclusão e ampliar a presença feminina em espaços de liderança.

Portanto, a docência na EPT, quando inspirada em práticas críticas e inclusivas, atua como vetor de empoderamento feminino, ao garantir acesso, reconhecimento e protagonismo das mulheres na sociedade.

2.3.4 Disciplina 4

A disciplina Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica foi a que mais senti dificuldade na formação em EPT, não pelos conteúdos, discussões e atividades desenvolvidas, mas pela minha ausência de habilidades e conhecimentos sobre os recursos tecnológicos. Reconheço que é uma das áreas na qual preciso me aprofundar e praticar mais no meu dia a dia em sala de aula.

Atualmente, reconheço que a cultura digital se tornou elemento central na EPT, integrando inovação tecnológica, informação e práticas pedagógicas críticas. Segundo Lévy (1999), as tecnologias digitais ampliam as formas de acesso ao conhecimento e favorecem novas práticas de aprendizagem, possibilitando maior autonomia dos sujeitos.

Contudo, a exclusão das mulheres do campo tecnológico reforçou desigualdades de gênero (Hirata; Kergoat, 2007). A integração da cultura digital à EPT permite que as mulheres dominem ferramentas e competências essenciais à economia contemporânea. Esse processo amplia sua autonomia econômica, social e política, além de estimular o protagonismo em áreas historicamente masculinas. Dessa forma, mesmo não me identificando com as tecnologias digitais, sempre me esforço para proporcionar aos meus estudantes aulas mais práticas e prazerosas, utilizando recursos tecnológicos e digitais.

Assim, Frigotto (2010) ressalta que a formação técnica deve estar articulada ao pensamento crítico, de modo que o domínio das tecnologias vá além do uso instrumental e favoreça a compreensão e a transformação da realidade. Nesse contexto, as mulheres tomam-se capazes de liderar projetos, empreender e integrar redes de inovação.

Hooks (2019) destaca que a educação crítica, quando aliada à apropriação das tecnologias, é instrumento fundamental para a libertação feminina e para a superação das desigualdades estruturais. Assim, a cultura digital na EPT constitui não apenas qualificação técnica, mas também instrumento de empoderamento, inclusão e transformação social.

2.3.5 Disciplina 5

Na disciplina *Trabalho-Educação: Fundamentos Teóricos e Didáticos II*, fui levada a refletir sobre como a EPT se fundamenta na articulação entre trabalho e educação, tendo como pilares o trabalho educativo, a escola unitária, a omnilateralidade e a educação politécnica. Para Cavalcanti, Nauar e Almeida (2021), as práticas educativas voltadas à conscientização e à formação crítica possibilitam às mulheres reconhecer e enfrentar desigualdades estruturais.

Dessa forma, o trabalho educativo orienta a EPT a superar o adestramento técnico, desenvolvendo também dimensões críticas, éticas e sociais. A escola unitária, conforme defendida por Gramsci (2001), rompe com a fragmentação do saber e favorece a inclusão, aspecto essencial para a permanência das mulheres nos processos formativos.

A omnilateralidade, entendida como formação integral do sujeito, permite às mulheres desenvolver competências cognitivas, técnicas e sociais, essenciais à participação plena na vida profissional e política. Nesse mesmo sentido, a educação politécnica, segundo Ciavatta (2012), articula teoria e prática, favorecendo a compreensão crítica do trabalho e ampliando a inserção feminina em áreas historicamente masculinizadas.

Em uma das atividades avaliativas da referida disciplina, percebi que, segundo Brasil (2023), faço parte dos 78.140 profissionais que trabalham na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) das redes estaduais. Componho os 36% em regime de contratação temporária da EPT, o equivalente a 42.697 profissionais. Estou entre os 51,07% das 75.366 mulheres que atuam na EPT e entre as 320.623, ou 58,02%, das professoras que compõem o Ensino Médio. Represento os 29% dos profissionais atuantes na EPT com idade entre 40 e 45 anos.

Nesse contexto, Scott (1995) reforça que a apropriação crítica do conhecimento é condição indispensável para o empoderamento feminino e para a disputa por espaços de decisão. Portanto, ao conjugar trabalho educativo, escola unitária, omnilateralidade e educação politécnica, a EPT constitui-se como instrumento de transformação social e de construção de uma sociedade mais justa e equitativa, principalmente para as mulheres, historicamente segregadas dos espaços de educação formal e profissional.

2.3.6 Disciplina 6

A disciplina *Práticas educativas para a permanência e êxito discente na EPT: teorias didáticas* me fez analisar os múltiplos fatores que incidem sobre a evasão escolar, as condições objetivas e subjetivas de permanência e as práticas educacionais que asseguram a efetivação do direito à educação.

Assim, recordo-me do meu período de graduação, em que, por várias vezes, por motivos econômicos e ausência de políticas públicas de permanência, pensei inúmeras vezes em desistir, assim como muitas estudantes do Programa de Educação Profissional Subsequente (PROSUB), curso técnico em Administração.

Ademais, muitas dessas estudantes trabalhadoras acabam desistindo do curso, principalmente pela jornada entre emprego formal, escola, além do trabalho doméstico e o cuidado com filhos ou familiares. Vale ressaltar que o cansaço acumulado também diminui o rendimento acadêmico, levando à desmotivação.

Percebe-se também a ausência de rede de apoio para essas estudantes. Para além disso, nota-se a cobrança para “estarem presentes” em casa, gerando, assim, um sentimento de culpa que culmina na desistência. Nesse contexto, é notório como o peso cultural sobre a mulher é um fator decisivo para a evasão.

Nessa perspectiva, acredito que a permanência e o êxito na EPT demandam ações articuladas entre políticas institucionais, práticas pedagógicas inclusivas e o reconhecimento das múltiplas dimensões que atravessam a trajetória estudantil. Conforme discutem Souza e Melo (2022), a permanência não se limita ao ingresso; ela envolve condições materiais, pedagógicas, emocionais e socioculturais que viabilizam a continuidade e o sucesso na formação.

Entre as estratégias institucionais mais eficazes, destacam-se os Programas de Assistência Estudantil, que atuam na redução das desigualdades socioeconômicas e garantem condições dignas de estudo. Além delas, ações como monitorias, tutoria acadêmica, oficinas de nivelamento e acompanhamento individualizado contribuem para enfrentar dificuldades de aprendizagem e fortalecer o vínculo dos estudantes com o curso.

Do ponto de vista pedagógico, práticas como a metodologia ativa, a interdisciplinaridade, a contextualização com o mundo do trabalho e o acolhimento

sistemático reforçam a autonomia e ampliam o engajamento das discentes. Tais ações são essenciais para garantir o direito à permanência, que vai além do apoio técnico, reafirmando a função social da EPT ao viabilizar trajetórias formativas que reconhecem os sujeitos, suas experiências e seus contextos (Brasil, 2025).

Essas iniciativas dialogam diretamente com o direito à educação, uma vez que ampliam o acesso, promovem equidade e asseguram condições reais para que as estudantes não apenas ingressem, mas concluam seus cursos com qualidade. Além disso, reafirmam a função social da EPT, cujo papel é oferecer uma formação integral, crítica e emancipadora, capaz de transformar realidades e ampliar oportunidades no mundo do trabalho e na vida social.

Assim, as práticas pedagógicas e as políticas institucionais voltadas para a permanência e o êxito das estudantes não devem ser entendidas como ações isoladas, mas como parte de uma cultura institucional comprometida com a democratização do ensino e com o desenvolvimento humano, evidenciando o caráter inclusivo e transformador da EPT.

Os conhecimentos construídos ao longo das disciplinas da Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica possibilitaram compreender que a problemática da permanência e do êxito das mulheres na EPT não é resultado de fragilidades individuais, mas expressão de determinantes históricos e estruturais.

A partir da concepção de trabalho como princípio educativo, discutida por Gramsci (2001), Saviani (2019) e Frigotto (2010), compreendi que a formação profissional deve articular ciência, cultura e tecnologia à formação humana integral, superando a lógica do adestramento técnico que ainda marca parte da realidade vivenciada na rede estadual.

Contudo, esses autores dialogam diretamente com minha trajetória narrada no memorial, especialmente ao reconhecer que as estudantes trabalhadoras enfrentam dupla jornada, desigualdades de gênero e precarização das condições de estudo, fenômenos analisados por Scott (1995) e Butler (2019) no que se refere à construção social das desigualdades. À luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2021), a EPT deve assegurar formação integral, equidade e políticas de permanência, o que exige revisão crítica das práticas

pedagógicas e da organização institucional.

Nesse sentido, ao refletir sobre minha prática docente, reconheço a necessidade de fortalecer metodologias ativas, projetos interdisciplinares com enfoque em gênero e mundo do trabalho, mentorias e rodas de escuta para estudantes trabalhadoras, além da articulação com programas de assistência estudantil e da flexibilização de estratégias avaliativas.

Também se faz necessária a formação continuada docente com perspectiva inclusiva e o uso crítico da cultura digital como instrumento de emancipação. Assim, ao articular teoria e prática, assumo o compromisso de contribuir para a construção de uma EPT socialmente referenciada, capaz de enfrentar a evasão feminina e promover o empoderamento como processo coletivo de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste memorial possibilitou revisitar minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, reconhecendo que minha história de vida está profundamente articulada ao meu compromisso com a educação pública e com a promoção da equidade de gênero na EPT.

Ao longo do texto, evidenciei como as experiências vividas na zona rural, as dificuldades socioeconômicas, o ingresso no ensino superior e a atuação em diferentes níveis e modalidades da educação básica constituíram não apenas etapas formativas, mas elementos estruturantes da minha identidade pessoal e profissional.

O processo de formação viabilizado pela especialização em Educação Profissional e Tecnológica ampliou significativamente minha compreensão acerca dos fundamentos teóricos que sustentam a EPT, especialmente no que se refere ao trabalho como princípio educativo, à escola unitária, à omnilateralidade e à educação politécnica. As disciplinas cursadas permitiram consolidar uma visão crítica sobre a relação entre trabalho, educação e emancipação social, superando uma perspectiva meramente instrumental da formação técnica.

Entre os principais resultados das reflexões realizadas ao longo da especialização, destaco o amadurecimento de uma visão crítica acerca das políticas educacionais e das desigualdades estruturais que atravessam a Educação Profissional, especialmente no que diz respeito às questões de gênero.

Ademais, a especialização permitiu reconhecer que o acesso das mulheres à EPT, embora ampliado nos últimos anos — conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2025) —, ainda não garante igualdade de condições no mundo do trabalho, o que exige práticas pedagógicas comprometidas com a permanência, o êxito e a inserção qualificada das estudantes.

Nesse contexto, compreendi ainda mais a necessidade de práticas pedagógicas que considerem as múltiplas dimensões da vida das estudantes trabalhadoras e a necessidade de disponibilização de bolsa permanência para as discentes do curso técnico subsequente, principalmente para aquelas atravessadas pela sobrecarga doméstica e pelas desigualdades estruturais de gênero.

A especialização também fortaleceu minha atuação no Curso Técnico em Administração, permitindo maior intencionalidade pedagógica no planejamento das aulas, na articulação entre teoria e prática e no uso de metodologias que estimulem o protagonismo estudantil, além de ampliar minha capacidade de analisar criticamente o currículo, propor metodologias ativas e desenvolver práticas interdisciplinares que valorizem o protagonismo discente. Outrossim, fortaleceu meu compromisso com a promoção do empoderamento feminino na EPT, compreendendo-o como processo de construção de autonomia econômica, consciência crítica e participação social.

No que se refere às expectativas e propostas para minha atuação futura na EPT, pretendo: desenvolver projetos interdisciplinares que articulem formação técnica e debates sobre gênero e mundo do trabalho; implementar estratégias pedagógicas voltadas à permanência e ao êxito das estudantes trabalhadoras, como acompanhamento individualizado e práticas de acolhimento; incentivar a participação feminina em áreas técnicas e tecnológicas historicamente masculinizadas; continuar investindo em minha formação acadêmica, com a perspectiva de ingressar em um mestrado na área da EPT, ampliando minha contribuição científica e profissional.

O processo de escrita do memorial revelou-se, igualmente, uma experiência formativa inesquecível. Ao organizar minhas memórias, experiências e reflexões à luz de referenciais teóricos, compreendi que escrever sobre si é também um exercício de autoconhecimento e de produção de saber. A escrita exigiu disciplina, aprofundamento teórico, articulação argumentativa e reflexiva, além de rigor acadêmico, contribuindo para o meu desenvolvimento acadêmico e científico.

Vale ressaltar que as atividades de leitura e escrita realizadas ao longo da especialização fortaleceram minha capacidade de análise crítica, de diálogo com autores e de sistematização de ideias, competências essenciais para a atuação docente na EPT.

Adicionalmente, o memorial permitiu ressignificar dores e desafios vivenciados ao longo da minha trajetória de vida, transformando experiências pessoais em objeto de reflexão acadêmica. Ao narrar minha própria história, reconheci que minha caminhada não é isolada, mas representa a trajetória de muitas mulheres que encontraram na educação o caminho para a sua emancipação.

Assim, a especialização em Educação Profissional e Tecnológica não apenas ampliou meus conhecimentos teóricos, mas também fortaleceu minha identidade docente e meu compromisso com um mundo mais justo e igualitário. Dessa forma, a EPT, quando orientada por princípios críticos e inclusivos, constitui-se como instrumento de transformação individual e coletiva, especialmente para mulheres historicamente excluídas dos espaços de formação técnica e tecnológica.

Produzir este memorial foi, portanto, um ato de memória, resistência, compromisso e afirmação. Mais do que um requisito acadêmico, foi um exercício de consciência profissional e política, reafirmando minha convicção de que a educação é caminho de emancipação, empoderamento feminino e construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Pois a educação foi o caminho que me tirou da invisibilidade e me ensinou a transformar sonho em realidade, e conhecimento em autonomia e liberdade.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO.M.H.B. (Org.). **Pesquisa (auto)biográfica: teoria e empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Anuário estatístico da educação profissional e tecnológica 2023**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/anuario-estatistico-da-educacao-profissional-e-tecnologica>. Acesso em: 1 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC; Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. **Práticas educativas para a permanência e êxito discente na EPT: teorias e didáticas**. [material didático online]. 2025. Disponível em: <https://sgmdnute.sites.ufsc.br/setec-materiais/praticas-educativas/>. Acesso em: 03 mar. 2026.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB: nº 9394/96**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 05 de janeiro de 2021**. Brasília, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC/CNE, 2021. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2021-pdf/167931-rcp001-21/file>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAVALCANTI, N. C. S. B.; NAUAR, A. L.; ALMEIDA, M. V. C. Educação e empoderamento feminino: estratégias pedagógicas. **Educação & Formação**, v. 6, n. 2, 2021.

CIAVATTA, Maria. **O trabalho como princípio educativo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COSTA, A.A.A. **Feminismo e igualdade de gênero no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2014.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Formação e socialização: os ateliês biográficos de projeto. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.2, p. 359-371, maio/ago. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005,

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Estatísticas e Indicadores Educacionais. **Censo Escolar da Educação Básica 2024: Resumo Técnico**. 2025. Acesso em: 16 abr. 2025.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163>. Acesso em: 16 abr. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação profissional**: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. Tradução de Gaetano Lo Mastro. São Paulo: Cortez, 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004 [1844].

NOGUEIRA, C. L. **Mulheres e a luta por espaços igualitários**: desafios e avanços. São Paulo: Cortez, 2017.

NÓVOA, António. **Conferência**: Formação de Professores e Profissão Docente. In: Seminário Nacional do PIBID, 2010, Curitiba. Anais... Curitiba: Pibid/UTFPR, 2010.

ONU MULHERES. **Relatório sobre o Progresso das Mulheres no Mundo 2019-2020**: Famílias em um Mundo em Mudança. Nova York, 2020. Anais da VII Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação. Rio de Janeiro, RJ.2024.616. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/novo-relatorio-da-onu-mulheres>. Acesso

em: 24 mar. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Djamila Ribeiro fala sobre a condição da mulher na sociedade**. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal GNT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-ekLiy2Wsfw>. Acesso em: 3 mar. 2026.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, T. J. Acompanhamento de egressas do Programa Mulheres Mil: Dificuldades de inserção no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 12, n. 4, p. 324-336, 2019.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista**. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>. Acesso em: de set. 2025.

SARDENBERG, Cecília M. B. O pessoal é político: a construção da categoria “empoderamento” no movimento feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 39, p. 13-46, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 25. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.

SOUZA, Ângela Caroline da Costa Santos; MELO, Sônia Pinto de Albuquerque. Permanência e êxito estudantil no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica da Rede Federal. **Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente**, v. 3, n. 2, p. 1–8, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.51189/rema/3413>. Acesso em: 08 dez. 2025.

SOUZA, Elizeu Clementino de. A arte de contar e trocar experiências: reflexões teóricometodológicas sobre história de vida em formação. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 25, no 11, p. 22-39, jan./abr. 2006.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.